



# **Luiza Administradora de Consórcios LTDA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

**consórcio**  
Magalu

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>

## **Relatório da Administração**

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e as demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes.

Atualmente a Luiza Administradora de Consórcios possui 90 grupos em andamento, com 77.251 consorciados ativos e foram entregues até o encerramento do exercício 31.823 bens e serviços. No exercício registrou Lucro Líquido de R\$10,441 milhões, Patrimônio Líquido R\$44,372 milhões, Ativos Totais R\$61,349 milhões e Receita Bruta de R\$91,942 milhões.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários referentes aos títulos públicos os quais não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Agradecemos aos nossos consorciados, aos fornecedores e, especialmente, aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e a credibilidade, e permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Franca, 24 de março de 2020

**A ADMINISTRAÇÃO.**

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos**

**Cotistas, Acionistas, Diretores e aos Administradores da**

**Luiza Administradora de Consórcios Ltda.**

**Franca – SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luiza Administradora de Consórcios Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Luiza Administradora de Consórcios Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Luiza Administradora de Consórcios Ltda. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Luiza Administradora de Consórcios Ltda. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Luiza Administradora de Consórcios Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Luiza Administradora de Consórcios Ltda. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Luiza Administradora de Consórcios Ltda. a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

Ativo	Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>57.030</b>	47.719
Disponibilidades	4	1.746	2.225
Aplicações Financeiras		1.876	6.659
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.876	6.659
Títulos e valores mobiliários		47.529	37.629
Carteira própria	6	47.529	37.629
Outros créditos		5.606	1.068
Diversos	7	5.606	1.068
Outros valores e bens		273	138
Despesas antecipadas		273	138
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>2.642</b>	2.736
Outros créditos		2.614	2.687
Diversos	7	2.614	2.687
Outros valores e bens		28	49
Outros		28	49
<b>Permanente</b>		<b>1.677</b>	1.739
Imobilizado	8	1.210	1.427
Imobilizações de uso		3.726	3.578
Depreciações acumuladas		(2.516)	(2.151)
Intangível	8	467	312
Software		1.958	1.653
Amortização acumulada		(1.491)	(1.341)
<b>Total do ativo</b>		<b>61.349</b>	<b>52.194</b>

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>14.998</b>	13.472
Outras obrigações		14.998	13.472
Fiscais e previdenciárias	9	3.336	1.408
Sociais e estatutárias	9	2.610	2.093
Diversas	9	9.052	9.971
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>1.979</b>	2.181
Outras obrigações		1.979	2.181
Diversas	9	1.979	2.181
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>44.372</b>	36.541
Capital social	11a	6.500	6.500
Reserva legal	11c	1.300	1.581
Reserva de lucros	11c	36.572	28.460
<b>Total passivo e patrimonio liquido</b>		<b>61.349</b>	<b>52.194</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	2019		2018
		2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>1.317</b>	<b>2.687</b>	2.393
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.317	2.687	2.393
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>8.598</b>	<b>12.786</b>	10.658
Receitas com prestação de serviços	12	49.168	91.942	76.880
Despesas de pessoal	13	(9.910)	(18.896)	(15.811)
Outras despesas administrativas	14	(26.725)	(53.088)	(44.782)
Despesas tributárias		(3.948)	(7.185)	(5.629)
Outras receitas (despesas) operacionais		13	13	-
<b>Resultado operacional</b>		<b>9.915</b>	<b>15.473</b>	13.051
<b>Resultado não operacional</b>		-	32	27
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		9.915	15.505	13.078
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	15	<b>(3.246)</b>	<b>(5.064)</b>	<b>(4.265)</b>
Provisão para imposto de renda - corrente		(2.427)	(3.887)	(3.084)
Provisão para imposto de renda - diferido		81	230	6
Provisão para contribuição social - corrente		(929)	(1.490)	(1.189)
Provisão para contribuição social - diferido		29	83	2
<b>Lucro líquido do semestre e exercício</b>		<b>6.669</b>	<b>10.441</b>	<b>8.813</b>
<b>Lucro líquido por cota (em Reais)</b>		1,03	1,61	1,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.500</b>	<b>1.140</b>	<b>22.181</b>	<b>-</b>	<b>29.821</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.813	8.813
Destinações	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	441	-	(441)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.093)	(2.093)
Reserva lucros	-	-	6.279	(6.279)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>6.500</b>	<b>1.581</b>	<b>28.460</b>	<b>-</b>	<b>36.541</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.441	10.441
Destinações	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	(281)	-	281	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.610)	(2.610)
Reserva lucros	-	-	8.112	(8.112)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.500</b>	<b>1.300</b>	<b>36.572</b>	<b>-</b>	<b>44.372</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>6.500</b>	<b>1.300</b>	<b>32.513</b>	<b>-</b>	<b>40.313</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.669	6.669
Destinações	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.610)	(2.610)
Reserva lucros	-	-	4.059	(4.059)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.500</b>	<b>1.300</b>	<b>36.572</b>	<b>-</b>	<b>44.372</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	2019		2018
	2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do semestre e exercício</b>	<b>6.669</b>	<b>10.441</b>	<b>8.813</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciações e amortizações	281	514	390
Constituição/(reversão) de provisão para riscos	65	138	423
Imposto de renda e contribuição social diferido	(110)	(313)	(8)
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.935	1.935	-
p	-	1	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>8.839</b>	<b>12.716</b>	<b>9.618</b>
<b>Variação de ativos e passivos:</b>			
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	(4.550)	(5.117)	(5.702)
(Aumento) redução de outros créditos	(3.482)	(4.266)	148
Aumento (redução) de outras obrigações	847	2.832	(343)
Aumento (redução) pagamento contingências	128	(271)	(235)
(Aumento) pagamento de IR e CS no período	(2.317)	(3.827)	(21)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(9.374)</b>	<b>(10.648)</b>	<b>(6.153)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
(Aquisição)de imobilizado	(51)	(181)	(295)
Alienação do Imobilizado	-	32	-
(Aquisição) de intangível	(279)	(305)	(117)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(330)</b>	<b>(454)</b>	<b>(412)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	-	(2.093)	(1.782)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(2.093)</b>	<b>(1.782)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	2.611	2.225	955
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre e exercício	1.746	1.746	2.225
<b>Aumento/(diminuição) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(865)</b>	<b>(479)</b>	<b>1.270</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo	Nota explicativa	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>520.529</b>	422.912	<b>Circulante</b>			
<b>Disponibilidades</b>		<b>6.426</b>	5.190	<b>Outras obrigações</b>		<b>520.529</b>	<b>422.912</b>
Depósitos bancários		6.426	5.190	Obrigações com consorciados	3.2 f	202.231	167.644
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>6</b>	<b>169.913</b>	133.282	Valores a repassar	3.2 g	12.429	11.446
Disponibilidades dos grupos		2.409	8.349	Obrigações por contemplações a entregar	3.2 h	167.519	124.936
Vinculadas a contemplações		167.504	124.924	Obrigações com a Administradora		3.955	20
Recursos de grupo em formação		-	9	Recursos a devolver a consorciados	3.2 i	103.302	92.106
<b>Outros créditos</b>		<b>344.190</b>	284.440	Recursos dos grupos	3.2 j	31.093	26.760
<b>Direitos com consorciados contemplados</b>	<b>3.2 b</b>	<b>337.126</b>	277.278				
Normais		328.639	268.813				
Em atraso		8.487	8.465				
<b>Outros</b>		<b>7.064</b>	7.162				
<b>Compensação</b>		<b>3.831.303</b>	3.029.551	<b>Compensação</b>		<b>3.831.303</b>	<b>3.029.551</b>
Previsão mensal de recursos a receber de cons	3.2 c	21.995	18.765	Recursos mensais a receber de consorciados	3.2 c	21.995	18.765
Contribuições devidas aos grupos	3.2 d	1.988.001	1.574.366	Obrigações dos grupos por contribuições	3.2 d	1.988.001	1.574.366
Valor dos bens a contemplar	3.2 e	1.821.307	1.436.420	Bens a contemplar	3.2 e	1.821.307	1.436.420
<b>Total do ativo</b>		<b>4.351.832</b>	3.452.463	<b>Total passivo</b>		<b>4.351.832</b>	3.452.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2019		2018
	2º SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
<b>Disponibilidades no início do semestre e exercício</b>	<b>157.519</b>	<b>138.472</b>	122.945
Depósitos bancários	7.142	5.190	1.696
Aplicações financeiras	7.943	8.358	11.455
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	142.434	124.924	109.794
<b>Recursos coletados</b>	<b>234.765</b>	<b>440.600</b>	374.474
Contribuições para aquisição de bens	174.122	326.838	274.956
Taxa de administração	44.675	84.450	71.357
Contribuições ao fundo de reserva	3.454	6.413	5.429
Rendimentos de aplicações financeiras	2.770	5.813	5.677
Multas e juros moratórios	1.008	1.870	1.745
Prêmios de seguros	2.584	5.114	4.626
Outros	6.152	10.102	10.684
<b>Recursos utilizados</b>	<b>(215.945)</b>	<b>(402.733)</b>	(358.947)
Aquisição de bens	(154.775)	(285.989)	(247.062)
Taxa de administração	(45.315)	(85.728)	(72.237)
Multas e juros repassados à Administradora	(490)	(911)	(856)
Prêmios de seguros	(2.970)	(5.534)	(4.598)
Devolução a consorciados desligados	(6.339)	(12.741)	(17.147)
Outros	(6.056)	(11.830)	(17.047)
<b>Disponibilidades no fim do semestre e exercício</b>	<b>176.339</b>	<b>176.339</b>	138.472
Depósitos bancários	6.426	6.426	5.190
Aplicações financeiras	2.409	2.409	8.358
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	167.504	167.504	124.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Luiza Administradora de Consórcios Ltda. foi constituída em 5 de setembro de 1990 e suas operações consistem na administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

### **2 Elaboração e publicação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para empresas administradoras de consórcio, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da Administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira consolidada desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio, conforme a Carta-Circular Bacen nº 3.147/04.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Administradora em 20 de março de 2020.

### **3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas para o registro e a avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

#### **3.1 Administradora**

##### **a. Resultado das operações**

A apuração do resultado é efetuada segundo o regime de competência, exceto pela taxa de administração dos grupos de consórcio, que é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/93, do Banco Central do Brasil, e pela despesa com comissões sobre vendas das cotas de consórcio, que são pagas e registradas no resultado quando da realização da venda.

##### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por depósitos bancários disponíveis, aplicações no mercado aberto e aplicações em renda fixa, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**c. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**d. Títulos e valores mobiliários**

São registrados e apresentados no Balanço Patrimonial, conforme a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles que são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Conforme a intenção da Administração, os títulos e valores mobiliários da Administradora foram classificados como sendo para “negociação”.

**e. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste do valor de realização.

**f. Imobilizado de uso e intangível**

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

O intangível é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, sendo utilizadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

**g. Avaliação do valor recuperável de ativos**

Conforme Circular Bacen nº 3.387/08, que aprovou o pronunciamento técnico CPC1, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

**h. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular Bacen nº 3.484/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
- **Passivos contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação judicial, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.

**i. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 20 mensais. A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias oriundas da provisão de passivos contingentes, campanha de vendas, participação nos resultados e propaganda e publicidade, utilizando-se as alíquotas vigentes na data do balanço.

**j. Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

**k. Partes relacionadas**

A divulgação de informações sobre partes relacionadas é efetuada em consonância com a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.463/09, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 05, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**l. Lucro por cota**

De acordo com a constituição da Administradora, não temos a obrigatoriedade para distribuição de lucro por cota. No entanto, quando solicitado pela controladora (Magazine Luiza S.A.) e havendo sobra de caixa, ocorre a distribuição de dividendos.

**m. Reserva legal**

É constituída de acordo com a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.273/87, que determina a constituição desta reserva pelas empresas que utilizam o COSIF (plano contábil das instituições do sistema financeiro).

**3.2 Grupos de consórcio**

Os ativos e passivos circulantes estão representados, principalmente, pelas contas a seguir, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, conforme determina o modelo de publicação do Banco Central do Brasil.

**a. Aplicações financeiras**

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

**b. Direitos com consorciados contemplados**

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados, registrados pelos valores de realização, referentes às parcelas vincendas do fundo comum e do fundo de reserva.

**c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**

Representa a previsão, com base no valor do crédito vigente na data das demonstrações financeiras, de recebimento das contribuições (do fundo comum e do fundo de reserva) dos consorciados, inclusive em atraso, para o mês subsequente ao do balanço.

**d. Contribuições devidas aos grupos**

Representam a previsão de recebimento do fundo comum e do fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens ou serviços na data do balanço.

**e. Valor dos bens ou serviços a contemplar**

Representa o valor total dos bens ou serviços a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens ou serviços na data do balanço.

**f. Obrigações com consorciados**

Representam o fundo comum, recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços, o fundo de reserva, a taxa de administração e o seguro, recebidos de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

**g. Valores a repassar**

Representam os valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas, juros moratórios e multas rescisórias.



**h. Obrigações por contemplações a entregar**

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos de rendimentos financeiros.

**i. Recursos a devolver a consorciados**

Representam os recursos a serem devolvidos a consorciados ativos pela sobra de caixa nos grupos (pagamentos a maior de parcelas), bem como os valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos relativos às respectivas contribuições ao fundo comum e ao fundo de reserva, deduzidos das multas aplicadas, ambos atualizados pela taxa de rendimentos financeiros, deduzidos de multa, quando aplicável.

**j. Recursos dos grupos**

Representam os recursos recebidos a título de fundo de reserva, os rendimentos de aplicações financeiras, as multas, os juros moratórios retidos no grupo, as multas rescisórias retidas e a atualização de direitos com consorciados contemplados, bem como a atualização das obrigações dos itens do passivo quando ocorrer variação do preço do bem.

**k. Demonstração consolidada das variações de disponibilidades de grupos**

*Recursos coletados*

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens ou serviços recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do crédito e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e seguro.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

*Recursos utilizados*

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, inclusive a título de pagamento da taxa de administração, decorrentes de seus diversos compromissos previstos no regulamento de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou serviços.

### 1. Informações complementares sobre os grupos em andamento

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	2019	2018
Quantidade de grupos administrados	90	82
Quantidade de consorciados ativos	77.251	68.035
Quantidade de bens ou serviços entregues no período	10.302	10.289
Quantidade total de bens ou serviços entregues	31.262	28.799
Quantidade de bens ou serviços pendentes no período	5.827	4.954
Taxa média de inadimplência	12,74%	16,61%

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	6	2
Certificado de depósito bancário	1.740	2.223
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>1.746</b>	<b>2.225</b>

### 5 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as operações compromissadas estavam apresentadas como segue:

	2019			2018
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Certificado de depósitos bancários	1.872	4	1.876	6.659
<b>Total</b>	<b>1.872</b>	<b>4</b>	<b>1.876</b>	<b>6.659</b>

Em 31 de dezembro de 2019 as aplicações em operações compromissadas de CDBs, eram remuneradas a taxas que variavam entre 97% a 99% (98% a 100% em 2018) do Depósito Interbancário (DI).

## 6 Títulos e valores mobiliários - Administradora e grupos de consórcio

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os títulos e valores mobiliários estavam apresentados como segue:

	Administradora		Grupos	
	Valor custo/mercado		Valor custo/mercado	
	2019	2018	2019	2018
Títulos para negociação				
Cotas de fundo de investimentos	40.876	37.629	66.409	70.045
Letras financeira tesouro nacional	805	-	76.453	46.328
Notas do tesouro nacional	1.046	-	3.160	-
Debêntures	1.850	-	-	-
Letras financeiras	2.952	-	-	-
Outros <sup>(1)</sup>	-	-	2.132	130
Títulos mantidos até o vencimento				
Notas do tesouro nacional	-	-	21.759	16.779
<b>Total</b>	<b>47.529</b>	<b>37.629</b>	<b>169.913</b>	<b>133.282</b>

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo Administrador do Fundo. Os fundos de investimento não são exclusivos.

A Administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração.

### Abertura por vencimento - Administradora

	2019						2018
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor de Mercado/Contábil
<i>Títulos para negociação</i>							
Cotas de fundo de investimentos	40.876	-	-	40.876	40.876	-	37.629
Letras Financeiras Tesouro Nacional	-	-	805	805	805	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.046	1.046	1.034	(12)	-
Debêntures	-	-	1.850	1.850	1.871	21	-
Letras Financeiras	-	-	2.952	2.952	2.953	1	-
<b>Total</b>	<b>40.876</b>	<b>-</b>	<b>6.653</b>	<b>47.529</b>	<b>47.539</b>	<b>10</b>	<b>37.629</b>

### Abertura por vencimento - Grupos de consórcio

	2019						2018
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Custo Atualizado	Ajuste a marcação de mercado	Valor de Mercado/Contábil
<i>Títulos para negociação</i>							
Cotas de fundo de investimentos <sup>(2)</sup>	66.409	-	-	66.409	66.409	-	70.045
Letras Financeiras Tesouro Nacional	-	49.094	27.359	76.453	76.440	(13)	46.328
Notas do tesouro nacional	-	-	3.160	3.160	3.145	(15)	-
Outros	2.132	-	-	2.132	2.132	-	130
<b>Total</b>	<b>68.541</b>	<b>49.094</b>	<b>30.519</b>	<b>148.154</b>	<b>148.126</b>	<b>(28)</b>	<b>116.503</b>

	2019			2018	
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor do custo atualizado/Contábil	Valor do custo atualizado/Contábil
<i>Títulos mantidos até o vencimento</i>					
Notas do tesouro nacional <sup>(3)</sup>	-	-	21.759	21.759	16.779
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.759</b>	<b>21.759</b>	<b>16.779</b>

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

- (1) Refere-se ao saldo em tesouraria disponível para pagamento das despesas da carteira administrada dos fundos investidos.
- (2) As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos administradores dos fundos. Os respectivos fundos não são exclusivos.
- (3) São representados por Notas do Tesouro Nacional, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até agosto de 2026, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 4,04% e 6,41%. O valor de mercado das operações é de R\$ 23.579

## 7 Outros créditos - Diversos

	2019	2018
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial <sup>(1)</sup>	1.973	1.805
Depósitos judiciais	640	754
Crédito tributário de IRPJ/CSLL diferido (Nota 15 b)	585	272
Empréstimo a grupos de consórcios <sup>2)</sup>	3.955	20
Serviços prestados a receber <sup>(3)</sup>	670	680
Outros	397	224
<b>Total</b>	<b>8.220</b>	<b>3.755</b>
Curto prazo	5.606	1.068
Longo prazo	2.614	2.687

- (1) Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente. Os valores são registrados também no passivo e apresentados na Nota Explicativa nº 9.
- (2) Valores que são aportados pela administradora no grupo, viabilizando maiores contemplações ou para o encerramento do grupo. Esses valores serão liquidados posteriormente.
- (3) Valor a receber a título de taxa de administração de grupos de consórcios.

## 8 Imobilizado de uso e intangível

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o imobilizado de uso e o intangível estavam compostos como segue:

### a. Composição dos saldos

	Taxa de depreciação	2019			2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	4%	1.004	(466)	538	704
Moveis e utensílios	10%	779	(576)	203	260
Sistema de comunicação	10%	234	(175)	59	80
Computadores e periféricos	20%	1.447	(1.177)	270	302
Veículos	20%	262	(122)	140	81
Total geral		<b>3.726</b>	<b>(2.516)</b>	<b>1.210</b>	<b>1.427</b>

  

	Taxa de amortização	2019			2018
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20%	1.958	(1.491)	467	312
Total geral		<b>1.958</b>	<b>(1.491)</b>	<b>467</b>	<b>312</b>

## b. Movimentação dos saldos

	Imobilizado		Intangível		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldos no início do exercício	1.427	1.377	312	340	1.739	1.717
Adições	215	295	305	117	520	412
Depreciações e amortizações	(364)	(245)	(150)	(145)	(514)	(390)
Baixas	(68)	-	-	-	(68)	-
Saldos no fim do exercício	1.210	1.427	467	312	1.677	1.739

## 9 Outras obrigações diversas

	2019	2018
Fiscais e previdenciárias:		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.930	379
PIS a recolher	93	70
COFINS a recolher	431	327
ISS a recolher	240	204
Impostos e contribuições sobre salários	536	365
Outros	106	63
<b>Total de obrigações fiscais e previdências - curto prazo</b>	<b>3.336</b>	<b>1.408</b>
Sociais e estatutárias		
Dividendos a pagar	2.610	2.093
<b>Total de obrigações Sociais e Estatutárias - curto prazo</b>	<b>2.610</b>	<b>2.093</b>
Diversas:		
Recursos não procurados - Grupos <sup>(1)</sup>	1.286	2.165
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial <sup>(2)</sup>	1.973	1.805
Provisão para pagamentos a efetuar	2.746	3.175
Provisão para riscos e passivos contingentes (Nota 10b)	667	800
Comissões a pagar Magazine Luiza (Nota 16)	1.078	1.286
Comissões a pagar	2.721	2.391
Outras obrigações	560	530
<b>Total</b>	<b>11.031</b>	<b>12.152</b>
Curto prazo	9.052	9.971
Longo prazo	1.979	2.181

(1) Valores não retirados por consorciados desistentes/excluídos, bem como aqueles oriundos de fundos de reserva à disposição de consorciados, relativos a grupos encerrados, estando depositados em fundos de investimentos.

(2) Valor a receber de consorciados de grupos encerrados que interromperam o pagamento de suas mensalidades e foram acionados judicialmente. Os valores são registrados também no ativo e apresentados na Nota Explicativa nº 7.

## 10 Provisões para ativos e passivos contingentes

### a. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam ativos contingentes registrados.

### b. Provisão para riscos e passivos contingentes

As provisões para riscos são representadas por contingências cíveis, trabalhista, fiscais e administrativa com probabilidade de perda provável, conforme segue:

	<u>Cível</u>		<u>Trabalhista</u>		<u>Fiscal</u>		<u>Administrativo</u>		<u>Total</u>	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldos no início do exercício	165	128	590	446	-	38	45 <sup>(1)</sup>	-	800	612
Constituições/atualizações	88	284	81	435	-	-	40	-	209	719
Reversão/baixas	(11)	(90)	(37)	(197)	-	(8)	(23)	-	(71)	(295)
Pagamentos/condenações	(114)	(112)	(140)	(94)	-	(30)	(17)	-	(271)	(236)
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b>128</b>	<b>210</b>	<b>494</b>	<b>590</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>667</b>	<b>800</b>

<sup>(1)</sup> Em 31 de dezembro de 2018 os processos classificados como contingência Cível, no montante de R\$ 45 foram reclassificados para contingência Administrativo.

- **Contingências cíveis** - correspondem à todas as ações em que a Administradora é parte passiva (réu), as quais correspondem à ações de natureza indenizatória, revisional de contrato e outras que sejam de exclusividade da Administradora
- **Contingências trabalhistas** - correspondem à todas as ações em que a Administradora é parte passiva (réu), as quais correspondem à ações de cunho exclusivamente trabalhista, movidas por ex-colaboradores da Administradora, bem como de outros com as quais a mesma mantenha vínculo comercial, tais como, terceirizados de vendas (gestores de negócios) e ex-colaboradores do Magazine Luiza.
- **Contingências administrativas** - são todas aquelas de natureza administrativa que possam impactar em condenação à Administradora, as quais podem ser derivadas de reclamações por consorciados junto à Órgãos de Proteção ao Consumidor.

Em 31 de dezembro de 2019, os processos classificados como risco de perda possível correspondem ao valor de R\$10. Em 31 de dezembro de 2018 a Administradora não possuía processos classificados com probabilidade de perda “possível”.

## 11 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 6.500 (R\$ 6.500 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 6.500.000 (6.500.000 em 31 de dezembro de 2018) quotas com valor nominal de R\$ 1,00.

### b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do art. 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2019 houve a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante R\$2.610. Em 31 de dezembro de 2018, houve a destinação de dividendos mínimos relativos ao exercício de 2018, no montante de R\$ 2.093, pago em 26 de abril de 2019

### c. Reserva de lucros

A Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

	2019	2018
Reserva de lucros	<u>37.872</u>	<u>30.041</u>
Lucros acumulados <sup>(1)</sup>	36.572	28.460
Reserva legal (Circular nº 1.273/3.221) <sup>(2)(3)</sup>	1.300	1.581

- (1) Constituída sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas da Administradora em atos societários pertinentes.
- (2) Constituída mediante a Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, com base no lucro líquido do exercício multiplicado por 5% (cinco por cento), cuja utilização se dará com a compensação de prejuízo fiscal quando esgotados os lucros acumulados ou demais reservas ou futuro aumento de capital.
- (3) Redução de R\$281 da Reserva legal devido constituição do valor acima do limite estabelecido pela Circular 1.273, de 29 de dezembro de 1987

## 12 Receitas com prestação de serviços

A rubrica de receita com prestação de serviço nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era composta por:

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas com taxa administração de grupos de consórcios	45.160	85.242	71.819
Rendas com outros serviços	<u>4.008</u>	<u>6.700</u>	<u>5.061</u>
<b>Total</b>	<b>49.168</b>	<b>91.942</b>	76.880



### 13 Despesas de pessoal

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Benefícios <sup>(1)</sup>	(778)	(1.468)	(1.259)
Encargos sobre folha <sup>(2)</sup>	(2.164)	(4.352)	(3.437)
Proventos <sup>(3)</sup>	(6.933)	(12.988)	(11.035)
Treinamentos	<u>(35)</u>	<u>(88)</u>	<u>(80)</u>
<b>Despesa de pessoal</b>	<b>(9.910)</b>	<b>(18.896)</b>	<b>(15.811)</b>

- (1) Referem-se, principalmente, a benefícios de colaboradores da Administradora.
- (2) Referem-se a INSS e FGTS sobre folha de pagamentos.
- (3) Referem-se, principalmente, a despesa com salários, prêmios de produção e demais despesas sobre folha.

### 14 Outras despesas administrativas

	2019		2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissões <sup>(1)</sup>	(20.305)	(39.897)	(32.431)
Promoção e propaganda	(1.544)	(3.078)	(2.363)
Serviços técnicos especializados	(2.403)	(4.732)	(4.176)
Hospedagens e viagens	(650)	(1.109)	(691)
Depreciação e amortização	(282)	(554)	(392)
Aluguéis de imóveis e equipamentos	(177)	(349)	(385)
Telecomunicação e dados	(310)	(598)	(619)
Processamento de dados	(395)	(927)	(833)
Outras despesas <sup>(2)</sup>	<u>(659)</u>	<u>(1.844)</u>	<u>(2.892)</u>
<b>Outras despesas administrativas</b>	<b>(26.725)</b>	<b>(53.088)</b>	<b>(44.782)</b>

- (1) Referem-se ao pagamento de serviços de intermediação na venda de cotas de consórcio.
- (2) Referem-se, substancialmente, à posicionamento estratégico, pagamento ações judiciais, outros gastos administrativos e financeiros

## 15 Imposto de renda e contribuição social

### a. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes da tributação	15.505	13.078
Adições e exclusões temporárias	921	25
Provisões não dedutíveis	921	25
Adições e exclusões permanentes	130	112
Despesas não dedutíveis	130	112
Base de cálculo	16.556	13.215
Imposto de renda	4.115	3.280
Deduções incentivos fiscais e ajuste exercício anterior	(228)	(196)
Imposto de renda corrente	3.887	3.084
Contribuição social corrente	1.490	1.189
Total de imposto de renda e contribuição social diferido	313	(8)
Total de imposto de renda e contribuição social corrente	(5.377)	(4.273)

### b. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administradora possuía diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis no montante de R\$ 1.721 (R\$800 em 2018) sobre as quais foram contabilizados créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 585 (R\$ 272 em 2018).

	31/12/2018	Constituição	Realização	31/12/2019
Provisões para riscos	800	248	(381)	667
Campanhas comerciais	-	435	(435)	-
Publicidade e propaganda	-	293	(293)	-
Participações nos resultados	-	1.054	-	1.054
<b>Total</b>	<b>800</b>	<b>2.030</b>	<b>(1.109)</b>	<b>1.721</b>

Expectativa de realização dos créditos tributários:

	Em 31 de dezembro de 2019			
	Diferenças temporárias			Total
	Valor base	Imposto de renda	Contribuição social	
2020.....	1.715	414	149	563
2021.....	6	1	1	2
<b>Total</b>	<b>1.721</b>	<b>415</b>	<b>150</b>	<b>565</b>

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela expectativa da taxa SELIC do período.

## 16 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a:

Empresa	Descrição serviço	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)	
		2019	2018	2019	2018
Magazine Luiza S.A.	Comissão sobre vendas de consórcios nas lojas e site	(1.078)	(1.286)	(14.801)	(12.355)
	Dividendos a pagar	(2.610)	(2.093)	-	-
	<b>Total</b>	<b>(3.688)</b>	<b>(3.379)</b>	<b>(14.801)</b>	<b>(12.355)</b>
PJD Agropastoril Ltda.	Locação de imóveis	(24)	(27)	(309)	(362)
MTG Adm. Assessoria e Participações S.A.	Assessoria técnica especializada	(7)	(3)	(48)	(47)
	<b>Total</b>	<b>(3.720)</b>	<b>(3.409)</b>	<b>(15.158)</b>	<b>(12.764)</b>

Essas operações são realizadas em condições, prazos e taxas de mercado compatíveis com as praticadas com terceiros.

A Administradora não possui benefícios de curto e longo prazos, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## 17 Gerenciamento de riscos

A Administradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Administradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

### 17.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

**a. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Administradora.

**b. Risco de liquidez**

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Administradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria, os níveis mínimos de liquidez a ser mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos.

**c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Administradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos.

**d. Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio.

Dentro desse cenário, a Administradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e as instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base na auto avaliação de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Diretoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados à Diretoria.

## **18 Eventos subsequentes**

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer previsão como seu impacto final. Adicionalmente, certas ações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e a Rússia também trouxeram aumento na volatilidade nos mercados financeiros e de capitais. Estes eventos podem ter um impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global. A administração está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia e os potenciais efeitos nos negócios da Luiza Administradora de Consórcio.